



Comunicado de imprensa
Luxemburgo, 8 de dezembro de 2016

A UE tem de ir mais longe para proteger os cidadãos das pandemias e de outras ameaças sanitárias transfronteiriças graves, afirmam os auditores

O planeamento a nível da UE para proteger os cidadãos das ameaças sanitárias graves, como a gripe pandémica, apresenta insuficiências significativas, segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. Embora, nos últimos anos, tenham sido tomadas medidas importantes, os Estados-Membros e as suas autoridades de saúde pública ainda necessitam de cooperar melhor, afirmam os auditores.

Os Estados-Membros da UE são os principais responsáveis no domínio da política de saúde. O papel da Comissão Europeia consiste essencialmente em prestar apoio e tomar medidas complementares. A UE considera as ameaças sanitárias transfronteiriças graves um domínio em que os Estados-Membros podem atuar de forma mais eficaz em conjunto. A decisão da UE relativa às ameaças sanitárias transfronteiriças graves, adotada em 2013, introduziu inovações importantes no que respeita ao planeamento antecipado e à coordenação da resposta. Reforçou também o Comité de Segurança da Saúde, criado informalmente pelo Conselho de Ministros da Saúde em 2001.

Os auditores concluíram que, embora a Decisão de 2013 represente um passo importante para reforçar o quadro da segurança sanitária da UE e preparar melhor a União para dar resposta a ameaças sanitárias graves, continuam a existir insuficiências significativas ao nível dos Estados-Membros e da Comissão. Concluíram igualmente que, apesar de o Comité de Segurança da Saúde se ter revelado muito importante, este enfrenta desafios estratégicos e operacionais que têm de ser resolvidos.

"O aumento das viagens e do comércio permite a rápida disseminação das doenças através das fronteiras, pelo que a segurança sanitária de um Estado-Membro depende muitas vezes da dos seus vizinhos," afirmou Janusz Wojciechowski, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "É necessário ir mais longe para resolver estas insuficiências de planeamento e coordenação, para que os cidadãos da UE possam beneficiar plenamente das medidas que já foram tomadas."

Os auditores constataram atrasos na aplicação e desenvolvimento da Decisão de 2013. A coordenação do planeamento da preparação foi melhorada, mas os procedimentos têm de ser mais sólidos e mais bem definidos. Por exemplo, os Estados-Membros não aceleraram suficientemente a aquisição conjunta de vacinas contra a gripe pandémica e não existe um sistema em toda a UE para colmatar as necessidades urgentes de

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

@EUAuditors

eca.europa.eu

vacinas ou outras contramedidas médicas.

Os sistemas existentes em matéria de alerta rápido, de resposta e de vigilância epidemiológica estão operacionais há vários anos e o seu importante papel a nível da UE é amplamente reconhecido, afirmam os auditores. No entanto, há margem para introduzir melhorias no sistema de alerta rápido e de resposta. As atualizações mais recentes dos procedimentos para dar resposta às ameaças químicas e ambientais graves ainda não foram testadas.

Os auditores assinalaram insuficiências no desempenho do Programa de Saúde da UE no que respeita à proteção dos cidadãos contra as ameaças sanitárias. A maioria das ações relativas às ameaças sanitárias realizadas entre 2008 e 2013 que foram auditadas revelaram uma falta de resultados sustentáveis, apesar de apresentarem um bom desempenho em termos de produção das realizações acordadas. Esta situação limitou a sua contribuição para a proteção dos cidadãos contra as ameaças sanitárias. Os auditores detetaram igualmente insuficiências na medição do objetivo das ameaças sanitárias do período de 2014-2020, bem como um nível de despesas relativamente baixo entre 2014 e 2016.

Os auditores identificaram diversas lacunas entre os diferentes serviços e programas no que respeita à coordenação interna, na Comissão, das atividades de segurança sanitária. Concluíram igualmente que é necessário envidar mais esforços para tornar plenamente operacionais os acordos de cooperação entre as estruturas de gestão de crises da Comissão. Por último, a Comissão necessita de melhorar a gestão do seu Centro de Gestão de Situações de Crise no Domínio Sanitário para estar mais apto a dar resposta a futuras crises sanitárias.

No relatório, os auditores formulam recomendações aos Estados-Membros e à Comissão:

- acelerar a aplicação da Decisão de 2013, designadamente através do desenvolvimento de um roteiro estratégico para o Comité de Segurança da Saúde, de um melhor acompanhamento do desempenho e da agilização da aquisição conjunta de vacinas e de outras contramedidas médicas;
- modernizar o Sistema de Alerta Rápido e de Resposta e desenvolver mais soluções integradas de gestão dos riscos;
- melhorar a sustentabilidade dos resultados das ações cofinanciadas relacionadas com a proteção contra as ameaças sanitárias e a metodologia associada de medição do desempenho;
- definir uma coordenação mais estruturada entre os diferentes serviços da Comissão nas atividades relativas à segurança sanitária.

O Relatório Especial nº 28/2016 "Ameaças sanitárias transfronteiriças graves na UE: foram tomadas medidas importantes, mas é necessário ir mais longe" está disponível em 23 línguas da UE.